

Editorial, 102 Novos Estados *ave*

Ao posicionar-se contra a criação de novos Estados no Brasil, o senador peemedebista José Richa, relator da Comissão de Organização do Estado no Congresso constituinte, dá uma mostra de bom senso e percepção que infelizmente tem faltado a inúmeros de seus colegas parlamentares. Como justificativa para não consagrar a sugerida formação de outras nove unidades federativas no país, apresentou-se um argumento tão simples quanto consistente: a impropriedade de que semelhante matéria venha a ser regulada em texto constitucional.

De fato, a deliberação quanto ao desmembramento dos atuais Estados compete ao legislador ordinário, não fazendo qualquer sentido que a Constituição trate do assunto. Mas mesmo que pudesse ser relevado este aspecto a proposta, defendida por diversos membros da própria Comissão, não resistiria a uma análise mais séria. A alteração do mapa político do país não configura uma medida rotineira, burocrática, mas uma reformulação complexa e delicada das unidades da Federação atingidas — nada que pudesse, portanto, prescindir de um estudo minucioso quanto à

conveniência e exequibilidade de sua implementação.

É justamente neste ponto que a proposição revela toda a sua fragilidade: a criação dos Estados traria consigo custos gigantescos, em função das estruturas político-administrativas a serem formadas, incluindo desde o funcionalismo de serviços até a representação em nível legislativo. Seria um verdadeiro sorvedouro de recursos públicos, num momento de crise econômica. Alguns dos novos Estados, além disso, poderiam não passar da concretização dos interesses particulares e casuísticos de um e outro parlamentar.

A proposta, em boa hora rejeitada no relatório preliminar da Comissão de Organização do Estado, deixa claro que lamentavelmente alguns constituintes continuam seduzidos por artificios formais (uma Justiça Agrária para a questão rural, agora a elevação a Estado de regiões pouco favorecidas) que em nada contribuem para a resolução dos problemas do país. É de desejar que a partir de agora, com o debate constitucional alcançando as comissões temáticas, a sensatez — como neste episódio — passe a predominar.